



FACULDADE DE
**MIGUEL
PEREIRA**

III COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS
**CONSTRUINDO MUDANÇAS: ENTRE
O AMOR E A DOR**

15 e 16 MAIO DE 2024

ANAIS
III COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Organizadores

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Prof. Me. Paulo Pereira

Maio de 2024
Editora da Universidade de Vassouras
Vassouras/RJ 2024

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Gustavo Oliveira do Amaral

Superintendente Acadêmico da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Marco Antonio Soares de Souza

Diretor Geral da Faculdade de Miguel Pereira

Jesimar da Cruz Alves

Coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Miguel Pereira

Paulo Cesar Pereira

Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira

Lorena Braga Raposo

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Tecnológica

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras

Profa. Dra. Paloma Martins Mendonça

Diagramação e Layout

Mariana Moss

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/issue/view/332>

An131

Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (III: 2024: Miguel Pereira, RJ)
Anais do III Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais construindo
mudanças: entre o amor e a dor / organizado por: Gabriel Silva Rezende
Jesimar da Cruz Alves, Paulo Pereira. – Miguel Pereira, RJ :
Universidade de Vassouras, 2024.

43 p.

Recurso eletrônico

Formato: E-book

ISBN: 978-85-88187-63-4

1. Direito. 2. Pesquisa Jurídica. 3. Colóquios. I. Rezende, Gabriel
Silva. II. Alves, Jesimar da Cruz. III. Pereira, Paulo. IV. Universidade de
Vassouras. V. Título.

Apresentação

Em todos os semestres, o Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS) da Faculdade de Miguel Pereira tem-se evidenciado como um marco importante no calendário acadêmico, marcando a culminância dos esforços dos alunos do 10^o período do curso de Direito e de outros projetos de pesquisa científica desenvolvidos em nossa instituição.

Durante o evento, tivemos a oportunidade privilegiada de testemunhar a apresentação de uma variedade de pesquisas jurídicas e sociais. Cada uma delas não apenas contribuiu para o avanço do conhecimento jurídico, mas também promoveu uma valiosa troca de experiências e conhecimentos entre discentes e docentes. Este diálogo construtivo não apenas enriqueceu os participantes, mas também consolidou a nossa comunidade acadêmica como um espaço de reflexão crítica e aprendizado contínuo.

Os resumos contidos nestes anais representam um testemunho tangível desse compromisso com a excelência acadêmica. Cada trabalho reflete não apenas o esforço individual dos pesquisadores, mas também o apoio inestimável de orientadores e colaboradores que moldaram cada projeto com sua experiência e dedicação.

Além disso, esta compilação fortalece nosso entendimento coletivo dos elementos essenciais que estruturam a pesquisa científica, especialmente no campo do direito. Ao promover uma avaliação crítica desses elementos, estamos contribuindo para o desenvolvimento não apenas de novos conhecimentos, mas também para a melhoria contínua das práticas de pesquisa dentro da nossa instituição.

Portanto, é com orgulho que apresentamos esta obra como um documento vivo do compromisso da FAMIPE com a pesquisa jurídica de qualidade. Que ela inspire novas investigações, debates enriquecedores e contribuições significativas para o nosso campo de estudo e para a sociedade como um todo.

A todos os participantes do III COJURIS, aos autores dos trabalhos aqui reunidos, aos orientadores, e à comunidade acadêmica da FAMIPE, nosso sincero agradecimento e parabéns pelo trabalho exemplar que resultou nesta publicação.

Muito obrigado a todos!

***Prof. Dr. Gabriel Rezende,
Prof. Me. Jesimar Alves e
Prof. Me. Paulo Pereira***

Anais
III Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS)
Maio de 2024

Organizadores

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Profa. Me. Paulo Pereira

Membros do Comitê Científico e da Comissão Organizadora do Evento

Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Prof. Me. Paulo Pereira
Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Profa. Ma. Lorena Braga Raposo
Prof. Me. Filipe da Silva Pinheiro
Prof. Ma. Ana Luíza Rocha
Prof. Me. Bernardo Di Biase

Comissão Avaliadora dos Trabalhos

Prof. Me. Anderson Rodrigues
Prof. Ma. Ana Luiza Rocha
Prof. Me. Cássio Galvão
Prof. Me. Filipe Pinheiro
Prof. Ma. Mônica França
Prof. Me. Gilberto Santiago
Prof. Me. Rodrigo Benício
Prof. Me. Paulo Pereira
Prof. Me. Bernardo Di Biase
Prof. Dr. Gabriel Rezende

Súário

Sistema Carcerário Brasileiro: as Violações aos Direitos Humanos	8
A Maternidade no Sistema Prisional: uma Análise das Condições e dos Direitos das Encarce- radas.....	9
A Violência Sexual Contra a Criança e O Adolescente no Ambiente Intrafamiliar: Um Recorte da Realidade do Município de Vassouras/Rj.....	10
Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras Sobre O Golpe do Pix.....	11
Os Psicopatas Homicidas no Sistema Prisional Brasileiro: uma Análise do Caso Champinha	12
Tráfico de Pessoas: uma Análise da Construção das Políticas Públicas Para Seu enfrentamento	13
Além das Grades Invisíveis: Investigando a Dinâmica da Síndrome de Estocolmo em Casos de Violência doméstica Contra a Mulher.....	14
A Ineficácia da despenalização do Uso de Drogas no Brasil: uma Crítica ao Tratamento Legal Aplicado À Conduta Prevista no Artigo 28 da Lei de Drogas	15
Pobreza, Criminalidade E Direitos Sociais: Questões Sociojurídicas no Brasil Contemporâneo	16
Legalização do Plantio da Cannabis no Brasil: Análise Sob a Ótica do Direito À Saúde	17
(Des)Igualdade de Gênero na Justiça Criminal: a Realidade dos Transgêneros no Sistema Car- cerário Brasileiro E a Construção Histórica de Seus Direitos	18
O Aspecto Penal do Assédio Moral no Âmbito Trabalhista.....	19
O Valor Probatório da Palavra da Vítima nos Crimes Sexuais Contra Criança E Adolescente em Ambiente doméstico E Familiar.....	20
Microempreendedor Individual (Mei): Análise Jurídica das Implicações Legais E desafios So- cioeconômicos	21
Cota de Gênero Eleitoral no Brasil: Impactos E desafios Para a Igualdade de Representação Política	22
Exposição Excessiva das Crianças nas Redes Sociais: Uso da Imagem Infantil Como Fonte de Renda Familiar	23
Responsabilidade Civil do Construtor e Incorporador: Análise Por Vícios E defeitos na Cons- trução de Imóveis	24
Liberdade de Expressão: Explorando a Fronteira Entre a Liberdade E a Moderação de Conteúdo Online	25
Análise Histórica da Tipificação do Femicídio	26
Ciber Inquisição: uma Análise da Cultura do Cancelamento e dos Limites da Liberdade de Ex-	

pressão	27
Psicografia: Admissibilidade deste Fenômeno Como Meio de Prova no Processo Penal.....	28
Psicofobia em Instituições Acadêmicas: uma Análise das Condutas Discriminatórias E da Estigmatização de Transtornos Mentais Sob Ótica dos Direitos Humanos E do Código Penal..	29
Holding Familiar: Planejamento Sucessório e Vantagens Tributárias	30
A Importância da Legislação Acerca do Bullying no Brasil.....	31
Afetividade no Pós-Positivismo: a Valoração do Afeto no Reconhecimento da Multiparentalidade E Suas Implicações	32
Tráfico de Pessoas à Luz do Ordenamento Jurídico Brasileiro: uma Análise Conceitual e normativa	33
Violência doméstica Contra Mulheres em Contexto da Pandemia: Covid-19.....	34
Celeridade E Eficiência nos Processos Cíveis: uma Análise dos Métodos Adequados de Soluções de Conflitos	35
Falsas Memórias no Processo Penal: Contaminação da Prova Testemunhal nos Crimes de natureza Sexual Contra Crianças	36
A Integração do Autismo na Legislação Educacional Brasileira: Superando desafios E Promovendo Acessibilidade	37
Licença Compulsória Contra Biopirataria: Análise Jurídica À Luz do Direito Brasileiro	38
A Responsabilidade Fiscal na Administração Pública e a dependência de Recursos Oriundos dos Royalties do Petróleo: uma Análise Sobre A Arrecadação dos Municípios de Vassouras E Maricá	39
Trabalho Análogo à Escravidão Sob o Aspecto da Dignidade Humana E Trabalhista	40
Policiamento Rural: Conceito E Perspectivas da Garantia da Segurança Pública.....	41
Violência doméstica Contra Mulher Negra: Possível Qualificadora na Lei 11.340/2006	42
O Impacto do Fechamento das Agências do Inss Durante A Pandemia de COVID-19: desafios Para A Subsistência da População Carente.....	43

SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS

Aguinaldo Melo de Jesus; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O sistema carcerário brasileiro enfrenta desafios significativos, incluindo superlotação, influência do crime organizado e falhas na ressocialização, comprometendo a integridade física dos detentos e a eficácia do sistema judicial. Abordar a crise no sistema carcerário brasileiro visa destacar problemas como superlotação e falta de condições básicas, promovendo reflexão sobre soluções potenciais, como melhorias nas condições de vida, programas de qualificação profissional e cuidados de saúde mental. Investigar o impacto das políticas de encarceramento na reintegração social de ex-detentos e propor estratégias para melhorar esse processo, visando reduzir a reincidência criminal e promover justiça social. A pesquisa adotará revisão bibliográfica para analisar o sistema carcerário, reintegração de ex-detentos e políticas de encarceramento, destacando tendências e lacunas nas práticas penitenciárias. A pesquisa revelou a falta de garantia e respeito aos direitos dos detentos, refletindo uma violação generalizada exacerbada por fatores econômicos, sociais, políticos e discriminação após a liberação.

Palavras-Chave: Direitos Humano; Sistema Penitenciário; Ressocialização; Violação.

A MATERNIDADE NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E DOS DIREITOS DAS ENCARCERADAS

Ana Beatriz Almeida da Rocha Soares; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O estudo examina a desigualdade de gênero histórica e como ela afeta as mulheres encarceradas, principalmente em relação aos seus direitos reprodutivos e de planejamento familiar. O Estado pune duplamente as mulheres, pela criminalidade e pelo desvio de sua função social como mães e esposas. A divisão sexual dos trabalhos impõe expectativas sobre o comportamento feminino e a visão moral acerca do papel ocupado pelas mulheres na sociedade. As políticas públicas voltadas às mulheres encarceradas sofrem pela insuficiência de garantias de direitos básicos e a maternidade é um marcador definitivo de como esse sujeito é negligenciado pelo Estado diante de seus desvios e vulnerabilidades. A pesquisa visa demonstrar histórica, social e juridicamente o tratamento das mulheres nas prisões especialmente no que diz respeito à maternidade como uma forma de demonstrar as desigualdades e a indiferença estatal quanto aos seus direitos, demonstrando como interseccionalidades tais como gênero, classe e raça afetam o acesso a direitos e impõem classes distintas de cidadãos na sociedade com acessos desiguais aos direitos que deveriam ser universais.

Palavras-chave: Mulheres encarceradas; Sistema Prisional; Maternidade; Gênero; Direitos Humanos.

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR: UM RECORTE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS/RJ

Ana Gabriela Fortunato dos Santos Alves; Ana Morena Sayão Capute Nunes

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa considera a realidade local do município de Vassouras/RJ, analisando a incidência da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no período de 2017 a 2023. O estudo também visa a identificar os padrões e características desses abusos, incluindo faixa etária das vítimas, tipos de violência, relação entre vítima e agressor, e locais de ocorrência. Além disso, examina os desafios enfrentados pela rede de proteção municipal no atendimento dos casos. Para esse fim, o estudo utiliza dados do Conselho Tutelar, CREAS e da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Foram consultadas também fontes bibliográficas, incluindo legislação e artigos científicos, para fundamentar a análise e interpretação dos dados. A partir dos resultados apresentados, verifica-se que programas e campanhas desenvolvidos no município indicam que são envidados esforços na prevenção, no enfrentamento e no combate a esse tipo de violência, mas destacam também a necessidade de maior integração entre os órgãos de proteção. Conclui-se que é crucial o fortalecimento da integração entre serviços de proteção municipais, com o investimento em políticas públicas que facilitem a notificação, o registro e o acompanhamento dos casos.

Palavras-chave: Violência sexual; Crianças e Adolescentes; Ambiente intrafamiliar; Família; Vassouras/RJ.

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SOBRE O GOLPE DO PIX

Ana Paula Ciriaco Quintella; Cássio Jose Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo a responsabilidade civil sobre o golpe do Pix, abordando tal responsabilidade sob o viés do ordenamento jurídico brasileiro. Com avanço das transferências bancárias, e todas as vantagens que essa ferramenta trouxe para o sistema bancário, o Pix se tornou um dos métodos mais utilizados no quesito pagamento, onde facilitou a vida de milhões de brasileiros sem sair de casa. De acordo a Febraban, foi exatamente nesse período pandêmico entre 2020 e 2021, que as quadrilhas se aproveitaram do aumento das transações digitais causado pelo isolamento social para aplicar golpes e capturar dados de clientes, um deles está relacionado ao auxílio emergencial criado pelo governo federal. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: analisar a responsabilidade civil das instituições financeiras perante o ordenamento jurídico brasileiro, suas limitações no reparo ao dano causado ao consumidor e o que pode ser feito para esse reparo judicialmente. A problemática que se pretende responder foi a seguinte, se as instituições financeiras têm responsabilidade civil com os clientes lesados com o golpe do Pix. A justificativa para o estudo do presente tema residiu na necessidade de aprofundamento teórico a respeito de compreender como funciona o golpe do Pix, abordando informações de como se proteger, e, também, do amparo que o ordenamento jurídico brasileiro disponibiliza para esse tipo de caso. O trabalho seguiu o método descritivo qualificativo e a metodologia de pesquisa bibliográfica, com análise de precedentes, doutrinas e artigos científicos.

Palavras-chave: Golpe do Pix; Ordenamento Jurídico; Responsabilidade Civil.

OS PSICOPATAS HOMICIDAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO CASO CHAMPINHA

Ana Virgínia Bogéa de Sousa Teixeira; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presença de indivíduos psicopatas no sistema prisional brasileiro representa um desafio significativo para a segurança pública e a eficácia do sistema de justiça criminal. O caso de Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, ilustra essa problemática, destacando as lacunas no tratamento jurídico e psiquiátrico de jovens infratores com traços psicopáticos. O objetivo geral da pesquisa é analisar a interação entre a psicopatia homicida no sistema prisional brasileiro, utilizando o caso Champinha como estudo de caso. Para tanto, é necessário detalhar como ocorreu o os crimes cometidos por ele, descrever as características clínicas da psicopatia e sua relação com comportamentos homicidas, e, por fim, analisar a legislação penal brasileira pertinente, avaliando a sanções aplicadas ao caso. A metodologia utilizada para realização deste trabalho consiste em uma abordagem qualitativa, envolvendo uma revisão sistemática da literatura e estudos descritivos. Diante disso, os resultados desta pesquisa demonstram que, o perfil do psicopata inclui características como egocentrismo, sedução e desrespeito às normas sociais. Em relação às sanções, os inimputáveis recebem medidas de segurança, visando terapia e proteção à sociedade. O caso de Champinha demonstra a aplicação da interdição civil e custódia pela justiça paulista, com base em laudos psiquiátricos que diagnosticam transtornos mentais, justificando a necessidade de proteção. O que impõe a constatação de que a eficiência do Estado em criar condições favoráveis para reabilitação é questionada, destacando a importância de políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Psicopatia; Champinha; Interdição Civil; Direito Penal.

TRÁFICO DE PESSOAS: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SEU ENFRENTAMENTO

Angélica de Boni Costa; Filipe Pinheiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo o Tráfico de Pessoas, tendo em vista que se trata de um crime que afeta a dignidade da pessoa humana e a incolumidade pública. Nesse sentido, buscou-se descrever o tráfico de pessoas e as políticas públicas adotadas para o seu enfrentamento. Para tanto, foi necessário analisar o tráfico de pessoas na legislação brasileira; descrever as Políticas Públicas de enfrentamento no Brasil; e, por fim, avaliar às ações implementadas pelo Estado brasileiro. Realiza-se então, uma pesquisa qualitativa descritiva, levando em consideração a pesquisa bibliográfica, a análise documental, livros e dados governamentais oficialmente publicados pela internet. Diante disso, verifica-se, apesar dos avanços para seu enfrentamento, que o tráfico de pessoas permanece sendo um delito subnotificado, o que impõe a constatação que o Estado, de maneira geral, deve continuar investindo em prevenção, repressão e assistência às vítimas.

Palavras-Chave: Tráfico de Pessoas; Repressão; Prevenção; Assistência às Vítimas.

ALÉM DAS GRADES INVISÍVEIS: INVESTIGANDO A DINÂMICA DA SÍNDROME DE ESTOCOLMO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Bethânia Carius de Carvalho; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo a correlação existente entre o ciclo de violência doméstica contra a mulher e o fenômeno psicológico da Síndrome de Estocolmo. Apesar da existência de legislação específica, como a Lei Maria da Penha, ainda persistem desafios na proteção das vítimas e na prevenção desse tipo de violência. Assim, o objetivo geral do presente estudo é explicar o estado psicológico que se encontra a mulher, vítima de violência doméstica e entender a permanência nos relacionamentos abusivos como uma presença da Síndrome de Estocolmo gerada durante todo o ciclo de agressão, adentrando em analisar o impacto da Síndrome no processo de julgamento dos agressores e como isso influencia as decisões judiciais, incluindo a imposição de penas e medidas de proteção para as vítimas, portanto será realizada uma análise de forma qualitativa. A pesquisa abrangerá uma revisão extensiva da legislação, fontes acadêmicas, artigos científicos e julgados. Por fim, o trabalho tem como intenção proporcionar acesso generalizado à possibilidade de avaliação psicológica para vítimas de violência doméstica, prévia ao julgamento e à progressão do processo, ampliando assim o escopo de intervenção e assistência jurídica oferecida às partes envolvidas.

Palavras-chave: Violência doméstica; Síndrome de Estocolmo; Lei Maria da Penha; Medidas de proteção; Avaliação psicológica.

A INEFICÁCIA DA DESPENALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS NO BRASIL: UMA CRÍTICA AO TRATAMENTO LEGAL APLICADO À CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 28 DA LEI DE DROGAS

Bruno Ferreira Tavares; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho pretende demonstrar que o artigo 28 da Lei 11.343/2006, no seu tratamento legal ao porte para consumo pessoal de drogas, tem sido uma política criminal muito suave frente às legislações anteriores, já existentes no Brasil, acerca do tema drogas. Nesse sentido, foi realizada uma análise histórica da evolução do tratamento legal e proibicionista de entorpecentes, bem como seus efeitos colaterais ao usuário de tais substâncias ilícitas. Aprofundando o tema serão abordados os discursos jurídicos acerca dos institutos de despenalização e descriminalização do porte de drogas pelos estudiosos do tema, demonstrando que há uma falta de clareza na exposição legal, levando a este tipo de indagação. O objetivo principal do trabalho foi constatar a ineficácia do abrandamento da Lei das Drogas e conduta do porte de drogas, o que não levou à diminuição do número de usuários de drogas, como constatado em análise paralela de dados coletados em uma unidade policial do interior do Rio de Janeiro, a 96^a Delegacia de Polícia. Verifique-se que existe uma linha muito tênue na distinção do traficante e do usuário que porta drogas para seu consumo, bastando, de certa forma, apenas conhecer a Lei de Drogas e saber que usando as palavras certas, poderá deixar de ser enquadrado no delito de tráfico de drogas, para ser enquadrado no delito de porte para consumo pessoal, fazendo com que praticamente não tenha qualquer tipo de punição com potencial suficiente para inibir tal conduta.

Palavras-chave: Lei de Drogas; Porte de drogas para uso pessoal; descriminalização.

POBREZA, CRIMINALIDADE E DIREITOS SOCIAIS: QUESTÕES SOCIOJURÍDICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Caio Wilson Zacarias Taveira; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar relação interseccional entre a desigualdade social e a pobreza no aumento de criminalidade sob um viés conceitual e descritivo, tendo em vista que a relação entre desigualdade social e criminalidade tem sido objeto de estudo e debate dentro do campo da Sociologia do Direito, uma vez que esses fenômenos estão intrinsecamente interligados e influenciam significativamente a estrutura e a dinâmica das sociedades contemporâneas, bem como da Teoria da Culpa de Zaffaroni. Investigamos, portanto, o contexto histórico brasileiro desde sua colonização, os meios sociais que facilitam o aumento da desigualdade entre si e seus efeitos; observamos o papel do Estado brasileiro para o aumento de diferença entre os núcleos sociais através da sua omissão e, por fim, recorreremos a análise teórica sobre criminalidade, desigualdade e a responsabilidade do Estado para apreendermos o papel da efetividade das políticas públicas de Estado na mitigação da criminalidade, na perspectiva de Zaffaroni. Realizou-se, então, uma pesquisa qualitativa de cunho descritiva através de pesquisa bibliográfica, com abordagem básica, por meio da análise de doutrinas, artigos e livros científicos e legislações. Diante da análise bibliográfica verifica-se que, em decorrência da negligência do Estado em criar políticas públicas voltadas para a mitigação da desigualdade na sociedade, criou índices mais elevados de comportamentos que não se enquadram nos parâmetros da sociedade, em algumas vezes, anomias sociais.

Palavras-chave: Desigualdade social; Criminalidade; Políticas Públicas; Sociologia Jurídica.

LEGALIZAÇÃO DO PLANTIO DA CANNABIS NO BRASIL: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO À SAÚDE

Camillo Dâmaso de Vasconcellos Neto; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O escopo do presente trabalho tem por tema Legalização do Plantio da Cannabis no Brasil: Análise Sob a Ótica do Direito à Saúde. Com o advento da Constituição Federal de 1988 a garantia do direito à saúde é um direito fundamental. Sendo disponibilizado de forma igualitária, universal e gratuita. O presente artigo terá como resultado delinear o arcabouço jurídico e sociológico que envolvem a legalização do plantio da cannabis para fins medicinais. A autorização do consumo da cannabis para fins terapêuticos é imprescindível, haja vista que muitos pacientes necessitam de melhor qualidade de vida. Demonstrar-se-á a amplitude e importância dos direitos constitucionais à vida e à saúde, assim como compreender os elementos jurídicos utilizados para a permissão do plantio da cannabis medicinal. O método utilizado para a metodologia de abordagem deste trabalho será o dedutivo, por meio de um raciocínio de coerência e lógica, partindo de uma ideia geral. A pesquisa será desenvolvida através de levantamento bibliográfico e documental. Buscou-se, principalmente por pesquisa bibliográfica, o posicionamento e interpretação de diversos autores que abordaram o tema aqui desenvolvido, para conferir suporte teórico a este texto. Também foram levantadas as informações através de pesquisas legislativas, sendo a jurisprudência dos tribunais brasileiros utilizada apenas como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Cannabis; Direito à saúde; Legalização; Medicamento.

(DES)IGUALDADE DE GÊNERO NA JUSTIÇA CRIMINAL: A REALIDADE DOS TRANSGÊNEROS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE SEUS DIREITOS

Carla Aparecida do Carmo e Silva; Lorena Braga Raposo

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Buscamos analisar qual é a realidade da população carcerária de transgêneros e quais são seus direitos no sistema penitenciário brasileiro, visando fornecer uma teorização para o fomento de legislações, políticas e práticas que promovam a dignidade e protejam efetivamente os direitos fundamentais dos transgêneros encarcerados. Para tanto, descrevemos a evolução histórica dos direitos dos transgêneros no sistema carcerário brasileiro bem como as políticas e diretrizes específicas para o atendimento de tal população, analisamos a adequação da assistência médica às necessidades individuais das pessoas transgênero dentro do sistema prisional, investigamos o acesso da população transgênero a programas de ressocialização disponíveis no sistema carcerário, com o intuito de promover a reintegração social e reduzir a reincidência criminal. Além disso, realizamos a avaliação dos espaços de convívio destinados às pessoas transgênero dentro das instituições prisionais, visando minimizar violências, abusos e assédios sexuais. A metodologia utilizada para a presente pesquisa consiste na pesquisa bibliográfica pela seleção de livros, artigos acadêmicos e normas jurídicas concernentes ao tema. Concluímos que apesar da evolução dos direitos dos transgêneros no sistema carcerário brasileiro, são necessários contínuos esforços, visando o desenvolvimento de políticas inclusivas e práticas eficazes que devem se concentrar não apenas na produção legal, mas na efetiva promoção do acesso equitativo à saúde, à ressocialização e à segurança dentro das instituições prisionais. A solução está em uma abordagem que inclui a intervenção estatal, por meio da atividade regulatória, o aprimoramento das leis que protegem os transgêneros encarcerados, investimentos em infraestrutura e capacitação dos agentes penitenciários e políticas de conscientização social da população encarcerada, assegurando assim o pleno respeito aos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente da sua identidade de gênero.

Palavras-chaves: Transgêneros; Sistema Carcerário; Desigualdade de Gênero.

O ASPECTO PENAL DO ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO TRABALHISTA

Carla Corrêa e Castro Mayr; Gustavo Abranches

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O contexto criminal do assédio moral vem sendo observado pelo comportamento abusivo e vexatório que a vítima passa em seu ambiente laborativo, que produz efeito direto e indireto na eficiência do sistema de justiça resultando transtornos na sociedade. Neste trabalho, será analisado o assédio moral no âmbito criminal, as causas, consequências e possíveis formas de prevenção e combate. Esta prática que é ocasionada por inúmeros fatores, entre eles o mercado de trabalho competitivo que gera cobrança de maior rendimento e resultado imediato. Tais condutas desaguam em psicoterrorismo (termo utilizado para designar toda conduta abusiva de forma periódica e estendida), danos psíquicos e crimes oriundos do assédio moral no âmbito de trabalho. Tem-se como objetivo a reflexão e o conhecimento sobre características dos aspectos criminais imputados ao agressor, identificando no ordenamento jurídico, conceituando de modo a descrever suas principais tipificações e classificações. Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica e também descritiva e qualitativa, de acordo com sondagem ao longo desse estudo.

Palavras-chave: Assédio Moral; Crime; Assediador; Trabalhador; Dano.

O VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM AMBIENTE DOMÉSTICO E FAMILIAR

Daiane Félix Nogueira; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho buscou entender especificamente nos crimes de abuso sexual infantil a valoração da palavra da vítima, bem como a carência de provas quando tal delito é praticado. No início, foram abordados aspectos históricos sobre o delito em que focou o trabalho, demonstrando que tal ato criminoso ocorre desde os primórdios, em que se caracterizavam pelas formas de família dos tempos primários, trazendo à tona como a sociedade no geral enxergava a família, com forte cunho e religioso e dominação da igreja dentro dos lares. Também se enfatizou o poder patriarcal em que é imposto até os dias atuais, todavia com uma tendência de diminuição pelas diversas mudanças sociais em que a humanidade enfrentou ao longo de todos esses anos. Após a conceituação histórica e demonstração dos conceitos familiares ao longo dos anos, foi abordada a forma como o delito é praticado, bem como da carência de provas por conta de como e onde acontece o crime, focando nos indícios de autoria e materialidade. Por fim, foi mencionado um caso concreto ocorrido no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, onde a palavra da vítima foi essencial para a reviravolta e absolvição do acusado, mesclando com a ideia de que o direito material não é a parte falha do delito, mas sim o procedimento penal brasileiro no que tange especificamente ao crime de abuso infantil, necessita de uma regulação maior e de trâmites que sejam mais eficazes para a determinação ou não inocência do acusado, bem como foram expostos alguns julgados dos Tribunais Superiores do Brasil sobre o tema, demonstrando seu posicionamento concernente aos procedimentos adotados no crime foco desde trabalho.

Palavras-chave: Abuso infantil; Direito Penal; Processo Penal; Produção de provas.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): ANÁLISE JURÍDICA DAS IMPLICAÇÕES LEGAIS E DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS

Edelson Luiz de Oliveira Carvalho; Mônica Maria de França

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo realizar uma análise jurídica das implicações legais e dos desafios socioeconômicos enfrentados pelo Microempendedor Individual (MEI) no Brasil. A pesquisa aborda o impacto significativo do MEI no panorama empresarial brasileiro, promovendo inclusão econômica e empreendedorismo. A análise compreende os critérios de enquadramento, as obrigações e benefícios do MEI, além de investigar as limitações jurídicas, como o tratamento diferenciado na recuperação judicial e a incompatibilidade com o seguro-desemprego. Também são explorados os desafios adicionais enfrentados pelos MEI's após a pandemia de COVID-19 e as perspectivas futuras para essa modalidade empresarial. A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica e documental, analisando obras acadêmicas, artigos científicos, legislação e documentos oficiais.

Palavras-chave: Microempendedor Individual; MEI; Implicações jurídicas; Desafios socioeconômicos; Brasil.

COTA DE GÊNERO ELEITORAL NO BRASIL: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Filipe Costa Moreira; Cassio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A participação equitativa de homens e mulheres na esfera política é um princípio fundamental para a consolidação da democracia e da representatividade efetiva da sociedade. Nesse sentido, destaca-se a luta das mulheres pelo direito ao voto, que foi um processo marcado por décadas de mobilização e ativismo. Este estudo visa analisar os impactos e desafios enfrentados na busca pela igualdade de representação política no Brasil, considerando a implementação das cotas de gênero eleitoral como uma ferramenta crucial para ampliar a participação política das mulheres. O objetivo do estudo é investigar a cota de gênero eleitoral, analisando os impactos e desafios de sua implementação na esfera política para promover a igualdade de representação de gênero. A metodologia adotada é qualitativa, envolvendo revisões bibliográficas, análises de legislação, pesquisas de precedentes eleitorais e dados estatísticos relacionados à representação política de gênero no Brasil. O trabalho discute os desafios da implementação da cota de gênero eleitoral, destacando questões como resistência política, carência de apoio partidário e obstáculos práticos. Além disso, são explorados os impactos da cota de gênero eleitoral na composição dos órgãos legislativos, investigando se houve um aumento efetivo na representatividade feminina e se ocorreram mudanças nas agendas políticas. Também são abordados os fatores que contribuem para a prática de fraude na cota de gênero eleitoral e seu impacto na representatividade política das mulheres. Os resultados encontrados destacam que, apesar da implementação das cotas de gênero eleitoral no Brasil há 20 anos, o crescimento do percentual de mulheres eleitas para cargos políticos tem sido pouco significativo, o que evidencia os desafios e obstáculos enfrentados na efetiva promoção da igualdade de representação política entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Cota de Gênero Eleitoral; Representação Política; Igualdade de Gênero.

EXPOSIÇÃO EXCESSIVA DAS CRIANÇAS NAS REDES SOCIAIS: USO DA IMAGEM INFANTIL COMO FONTE DE RENDA FAMILIAR

Gleiciane Maciel de Almeida Pinheiro; Ana Morena Sayão Capute Nunes

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a exposição excessiva de crianças nas redes sociais e o uso da imagem infantil como fonte de renda familiar. A preocupação central é a proteção dos interesses superiores das crianças, que frequentemente têm sua privacidade invadida em busca de lucro. O objetivo é garantir a segurança e a integridade física e psicológica dos infantes, além de proteger o patrimônio adquirido através de suas atividades. A pesquisa explora os desafios legais e sociais da exposição digital de menores de idade, com foco nos aspectos jurídicos e biopsicossociais. A metodologia empregada é a bibliográfica, baseando-se em artigos e doutrinas pertinentes às normas constitucionais e infraconstitucionais. Os achados apontam para uma deficiência na legislação atual, especialmente no que diz respeito à proteção da imagem de crianças e adolescentes. A falta de regulamentação específica coloca em risco a segurança e o bem-estar infantojuvenil. O trabalho propõe uma análise jurídica que sirva de substrato para futuros debates legislativos que busquem promover a segurança digital de crianças e adolescentes, com foco nas redes sociais, onde a exposição é intensa e as consequências potencialmente danosas. Assim, pretende-se contribuir para a criação de um ambiente digital mais seguro para o público infantojuvenil.

Palavras-chave: Exposição excessiva; Crianças; Redes sociais; Imagem infantil; Fonte de renda familiar.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR E INCORPORADOR: ANÁLISE POR VÍCIOS E DEFEITOS NA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS

Jéssica Caroline Oliveira dos Santos; Mônica Maria de França

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A responsabilidade civil do construtor e incorporador por vícios e defeitos em imóveis é um tema central no direito imobiliário e da construção civil, crucial para garantir a qualidade, segurança e habitabilidade das edificações. A legislação brasileira, incluindo o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 4.591/64 e a Lei nº 13.786/2018, estabelece normas que protegem os consumidores e definem as obrigações dos profissionais do setor. Essas normas abrangem prazos de reclamação, tipos de defeitos cobertos e formas de indenização. Os construtores e incorporadores adotam diversas medidas para mitigar os riscos associados à responsabilidade civil, como a contratação de seguros de responsabilidade civil, elaboração de contratos detalhados, rigorosos controles de qualidade, e métodos alternativos de resolução de disputas. A pesquisa sobre este tema é essencial para compreender os direitos e deveres dos envolvidos, promover práticas responsáveis e proteger os consumidores. Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva, com pesquisas bibliográficas, análise de doutrinas, revisão de artigos científicos e consulta de jurisprudência, focando na responsabilidade civil dos construtores e incorporadores, as práticas comuns na indústria imobiliária e os impactos legais e financeiros associados.

Palavras-chave: Responsabilidade civil; Vícios e defeitos na construção; Código Civil; Código de Defesa do Consumidor; Lei 4591/64.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: EXPLORANDO A FRONTEIRA ENTRE A LIBERDADE E A MODERAÇÃO DE CONTEÚDO ONLINE

José Augusto Martins de Araujo; Filipe Silva Pinheiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo explora a interseção entre liberdade individual e avanços tecnológicos, com ênfase na evolução da internet e das plataformas digitais. Inicialmente, são abordados os propósitos originais da internet e sua transformação em uma plataforma global para interação social e comércio. São discutidos os desafios emergentes relacionados à privacidade, segurança e igualdade, destacando os impactos jurídicos da tecnologia, especialmente no contexto brasileiro. A responsabilidade das plataformas digitais na moderação do conteúdo online é examinada, ressaltando a necessidade de equilibrar a liberdade de expressão e a proteção dos usuários. Por fim, são projetadas tendências futuras, incluindo o impacto da legislação europeia no Brasil e as implicações das novas tecnologias para a liberdade de expressão e os direitos individuais. Este artigo destaca a importância de encontrar um equilíbrio entre liberdade individual, segurança online e responsabilidade das plataformas digitais em um mundo cada vez mais conectado.

Palavras-chave: Liberdade individual; Tecnologia; Plataformas digitais; Privacidade; Segurança.

ANÁLISE HISTÓRICA DA TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO

Júlia Gil da Costa; Maria Fernanda Ricci

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Embora o feminicídio, enquanto comportamento, seja um delito presente desde os primórdios da humanidade, apenas em março de 2015 o crime recebeu maior destaque no contexto jurídico nacional e sua lei entrou em vigor – Lei nº. 13.104/2015. A violência contra a mulher continua sendo um grave problema social nacional e internacional, mesmo que a luta feminista sobre essa questão tenha aumentado significativamente. Diante disso, o principal objetivo deste trabalho é analisar o histórico da necessidade de tipificação do feminicídio por meio da Lei nº. 13.104/2015, que alterou o Código Penal para incluir no âmbito do art. 121, §2, que dispõe sobre o crime de homicídio a qualificadora do feminicídio. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica composta de textos acadêmicos, livros e doutrina jurídica, buscando a análise e o esclarecimento do problema. Além disso, é uma pesquisa de natureza exploratória, com o auxílio da jurisprudência e legislação brasileira, objetivando levantar informações e elucidar o tema em função de sua contemporaneidade. Para isso, foi utilizado o método descritivo, com maior enfoque na pesquisa qualitativa, por meio de documentos jurídicos e científicos. Foi constatado que é de grande relevância compreender a demanda que permitiu a implementação da Lei do Feminicídio, a fim de torná-la visível e tipificá-la. Afinal, era e ainda é, importante evidenciar que as mulheres são mortas pelo simples fato de ser mulher.

Palavras-Chave: Feminicídio; Violência contra a mulher; Lei nº. 13.104/2015.

CIBER INQUISIÇÃO: UMA ANÁLISE DA CULTURA DO CANCELAMENTO E DOS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Karen Cristina da Cruz Oliveira; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo dissertar a respeito da Ciber inquisição, confrontando a cultura do cancelamento aos limites da liberdade de expressão. A intensificação do uso das redes sociais a partir de 2020, corroborado pela necessidade de isolamento social durante o período de pandemia, resultou no surgimento de novas formas de interações sociais. Os inevitáveis conflitos oriundos desse movimento trouxeram consigo o denominado “Tribunal da *Internet*”, pautado na premissa de um julgamento em massa, o mesmo impõe punições, como o “cancelamento”, que consiste em um julgamento precipitado baseado, frequentemente, no discurso de ódio e no direito a liberdade de expressão. Para tanto é necessário analisar a etimologia do cancelamento na era digital, as consequências jurídicas e sociais, e investigar os limites da liberdade de expressão diante do fenômeno do cancelamento. Realiza-se, então, uma pesquisa exploratória e explicativa, conduzida por uma abordagem qualitativa, examinando o ordenamento jurídico, dados bibliográficos, teses, *internet* e demais documentos pertinentes. Diante disso, verifica-se que são incalculáveis os danos as vítimas do processo de cancelamento, e a recorrência desse evento é fomentada, principalmente, pelo anonimato proporcionado pelas redes e na existência de lacunas no que se diz respeito ao ordenamento jurídico e responsabilização dos indivíduos. Por tudo isso, constata-se que é necessária a inclusão do crime de cancelamento virtual no Código Penal Brasileiro, pois essas práticas violam os direitos individuais.

Palavras-chave: Liberdade de expressão; Direitos individuais; Cancelamento; Redes sociais.

PSICOGRAFIA: ADMISSIBILIDADE DESTE FENÔMENO COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL

Karina Rodrigues Medeiros; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo a Psicografia: admissibilidade deste fenômeno como meio de prova no processo penal, tendo em vista que no âmbito penal, já ocorreram alguns casos em que foram admitidas cartas psicografadas como meio de prova, a fim de verificar quais são os critérios legais para a aceitação da psicografia como meio de provas. Para tanto é necessário, caracterizar Estado Laico e a possibilidade da psicografia, além de analisar os critérios legais para admissibilidade da carta psicografada no meio jurídico. Realiza-se então, uma pesquisa documental e jurisprudencial a fim de analisar legislações, artigos científicos e doutrinas. Diante disso, salienta-se que já ocorreram alguns casos em que foram admitidas cartas psicografadas como meio de prova com a finalidade de absolver réus de crimes de homicídio. Contudo, a carta psicografada deve ser analisada pelo exame grafotécnico, a fim de confirmar sua autenticidade. Diante disso, devemos ter em conta a licitude da prova, se a mesma não é adquirida de forma ilícita, deve ser admitido qualquer meio de prova para ser objeto de análise nos tribunais. No entanto, a decisão final do caso dependerá da interpretação pessoal do julgador, que analisará todas as evidências apresentadas para formar sua convicção.

Palavras-chave: Carta psicografada; Prova; Exame grafotécnico; Processo Penal.

PSICOFOBIA EM INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS: UMA ANÁLISE DAS CONDUTAS DISCRIMINATÓRIAS E DA ESTIGMATIZAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS SOB ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DO CÓDIGO PENAL

Letícia Pereira Ramos; Alexandre de Serpa Pinto Fairbanks

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo retratar a Psicofobia em instituições acadêmicas a partir da análise das condutas discriminatórias e da estigmatização de transtornos mentais sob ótica dos Direitos Humanos e do Código Penal, a fim de identificar no ordenamento jurídico brasileiro as medidas protetivas e sancionais da psicofobia, para indicar precisamente as consequências causadas pelo preconceito e discriminação, visando a conscientização sobre a temática. Para tanto, é necessário compreender e conceituar a psicofobia, bem como lhe caracterizar no ordenamento jurídico brasileiro, analisar a culpabilidade e punibilidade no contexto relacionado a psicofobia, através da jurisprudência, e, por fim, pontuar a necessidade de melhor tipificação legal e a implementação de políticas públicas eficientes em todos os espaços sociais. Fora realizada uma pesquisa qualitativa, de objetivo descritivo e explicativo, partindo do método dedutivo, a partir de fatos históricos e contemporâneos, da pesquisa bibliográfica pela seleção de livros, artigos acadêmicos, normas jurídicas e jurisprudência concernentes ao tema. Diante disso, verifica-se que o estigma associado à psicofobia representa uma séria ameaça à saúde dos indivíduos afetados por transtornos e doenças mentais, comprometendo especialmente seus direitos fundamentais à dignidade humana. A ausência de diálogo e a tolerância às práticas psicofóbicas resultam em danos significativos à saúde mental, física e psicológica, perpetuando a disseminação dessas atitudes discriminatórias na sociedade, com consequências graves como suicídio, isolamento social, depressão, ansiedade e declínio na qualidade de vida. Os avanços na neurociência têm permitido uma compreensão mais abrangente dos transtornos mentais e suas terapias, facilitando a divulgação de informações por meio de campanhas, palestras e intervenções sociais para combater o estigma e promover a inclusão social dos afetados. O progresso legislativo em coibir coercitivamente práticas discriminatórias contra pessoas com transtornos mentais, reconhecendo-as como ilícitas e mesmo como crime, marca uma evolução nos direitos desses indivíduos. Contudo, o preconceito institucional ainda persiste, como desdobramento do preconceito estrutural e social, demandando a implementação de políticas e programas de conscientização para criar uma sociedade mais tolerante e respeitosa, bem como promover ambientes institucionais mais inclusivos e acolhedores para todos os membros da comunidade, especialmente os vulneráveis, como pessoas com transtornos mentais. Diante dos resultados obtidos na presente pesquisa, impõe-se a conclusiva de que o combate à psicofobia requer conscientização sobre o preconceito, fornecimento de informações precisas, promoção de diálogos sobre saúde mental e amplificação da voz das pessoas afetadas, juntamente com esforços para desestigmatizar essas atitudes e garantir proteção legal efetiva. A psicofobia persiste como um comportamento prejudicial, mesmo não sendo reconhecida como tal, resultando em preconceitos e discriminação que dificultam o acesso ao tratamento e ao apoio necessário para aqueles que sofrem de doenças mentais. À vista disto, é fundamental, promover a inclusão destas pessoas nas políticas educacionais, estabelecer parcerias entre instituições de ensino e outros atores relevantes, e fomentar um compromisso coletivo de toda a comunidade acadêmica em combater a psicofobia, bem como promover um ambiente educacional inclusivo e respeitoso. Essas medidas são essenciais para garantir a proteção dos direitos das pessoas neuro atípicas e criar um ambiente de aprendizado mais equitativo e acolhedor para todos os membros da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Psicofobia; Instituições acadêmicas; Transtornos mentais; Discriminação; Direito Humanos e Políticas Públicas.

HOLDING FAMILIAR: PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E VANTAGENS TRIBUTÁRIAS

Lucas da S. M. G. Leal; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar que o instituto da Holding Familiar como um instrumento de planejamento sucessório, demonstra-se uma opção relevante, tendo em vista que é um tema que abrange toda a sociedade. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo como método a pesquisa de levantamento bibliográfico e a pesquisa documental, sempre no limite dos objetivos propostos. O estudo será dividido em tópicos: inicialmente, no primeiro tópico do presente trabalho serão apresentadas as considerações iniciais sobre o tema proposto; em segundo tópico, trata-se sobre planejamento sucessório e seus mecanismos; em terceiro tópico, discursa-se sobre Holding Familiar, breves comentários em relação ao conflito entre o direito sucessório e direito empresarial, bem como, sobre incorporação dos bens; em quarto tópico, é explanado um estudo de caso, evidenciando as despesas inerentes ao tema proposto. Por fim, destaca-se que as Holdings Familiares emergem como uma solução eficaz para mitigar conflitos familiares, gerar qualidade na gestão patrimonial e reduzir a carga tributária.

Palavras-chaves: Holding Familiar; Planejamento Sucessório; Vantagens Tributárias.

A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO ACERCA DO BULLYING NO BRÁSIL

Lucas Fernando Blas Crittelli Lima; Maria Fernanda Ricci

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo esclarecer e trazer informações e bem como sanções relativas a prática do bullying, o mesmo é abordado a partir da leitura da legislação Lei.13.185 de 2015 e Lei.14.811 de 2024, que versam sobre o bullying (intimidação sistemática), contextualizado passando por Direitos fundamentais dos indivíduos e conforme a demonstração de dados, bem como apontamento das causas. E, trago também, o papel de cada ente para combater a prática do bullying. A pesquisa elaborada a partir da consulta a materiais bibliográficos sobre o tema, utiliza método dedutivo a fim de formular questionamentos embasada na metodologia qualitativa.

Palavras-chave: Legislação; Bullying; Direitos Fundamentais.

AFETIVIDADE NO PÓS-POSITIVISMO: A VALORAÇÃO DO AFETO NO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES

Maria Eduarda Barbosa Monteiro de Souza; Ana Morena Sayão Capute Nunes

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A transição do positivismo para o pós-positivismo no Direito de Família representa uma mudança crucial na regulamentação das relações familiares. O positivismo, influenciado por Auguste Comte, focava na supremacia da lei escrita e na autoridade estatal, aplicando normas de forma mecânica e desvinculada das realidades sociais. O pós-positivismo, emergente no século XX, reage a essa visão, incorporando aspectos humanos, sociais e culturais na interpretação jurídica. No Direito de Família, essa mudança é vital devido à complexidade emocional e social das relações familiares. Um exemplo significativo é a multiparentalidade, que permite o reconhecimento jurídico de dois ou mais pais ou mães e foi ratificada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 898060, que fixou tese de repercussão geral. Essa decisão, fundamentada nos princípios da igualdade e responsabilidade parental, desafia o modelo tradicional e impacta áreas como Direito Previdenciário e de Sucessões. O artigo, a partir de revisão bibliográfica, situa e conceitua o que se entende por família, analisando as recentes modificações das configurações familiares e as implicações da afetividade como valor jurídico, propondo uma análise crítica do comportamento do Poder Judiciário em relação à pluriparentalidade, sugerindo melhorias no sistema jurídico para atender às demandas contemporâneas. A pesquisa é estruturada em três partes: evolução do Direito de Família, exame pormenorizado da multiparentalidade e avaliação das decisões judiciais relacionadas, concluindo que a transição para um Direito de Família pós-positivista, que valoriza a afetividade e reconhece a multiparentalidade, é essencial para atender às demandas das famílias contemporâneas, promovendo um sistema jurídico mais inclusivo, justo e adaptado às realidades sociais atuais.

Palavras-chave: Pós-positivismo; Direito de Família; Multiparentalidade; Afeto; Supremo Tribunal Federal.

TRÁFICO DE PESSOAS À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E NORMATIVA

Mariane Pires de Paula D`Souza; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente artigo aborda de forma abrangente o crime de tráfico de pessoas, destacando sua dimensão global e sua realidade específica no contexto brasileiro, com ênfase nas alterações promovidas pela Lei n.º 13.344/2016. O cerne da pesquisa é a compreensão das estratégias de prevenção e repressão adotadas, tanto pelo ordenamento jurídico nacional quanto pelos tratados internacionais no combate ao tráfico internacional de pessoas. Partindo do conceito de tráfico internacional de pessoas, o estudo analisa dispositivos legais que visam desestimular e impedir a ocorrência desse delito, com enfoque especial nas medidas de proteção das vítimas e na persecução dos responsáveis. Utilizando um método dedutivo, são examinadas doutrinas, jurisprudências, artigos científicos e resumos selecionados para embasar as conclusões apresentadas. Uma hipótese subjacente é a de que a eficácia das medidas preventivas e repressivas contra o tráfico de pessoas depende não apenas da adequação das leis e tratados internacionais, mas também da capacidade de implementação e fiscalização por parte das autoridades competentes. Além disso, o papel da conscientização pública e da cooperação internacional é crucial para o enfrentamento efetivo desse fenômeno transnacional.

Palavras-chave: Tráfico de Pessoas; Legislação; Políticas Públicas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES EM CONTEXTO DA PANDEMIA: COVID-19

Milena de Souza Gomes Duarte; Maria Fernanda Ricci

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho investiga o aumento da violência doméstica contra mulheres durante o período de isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19. A pesquisa tem como objetivo principal analisar as organizações e políticas públicas dedicadas ao enfrentamento desse problema, avaliar as políticas públicas existentes e compreender os impactos sociais desse fenômeno. Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa. Utilizando o método indutivo, foram realizadas pesquisas bibliográficas para coletar dados sobre o aumento da violência doméstica durante o isolamento social. Os resultados revelam um aumento significativo, por conta da redução do contato social das vítimas, dificultando sua busca por ajuda e apoio. Além disso, a convivência intensificada em espaços reduzidos, especialmente em famílias de baixa renda, dificultou a denúncia segura da violência doméstica. Diante dos resultados, destaca-se a urgência de fortalecer as políticas públicas de combate à violência doméstica e de promover o acesso das vítimas a redes de apoio e serviços de proteção. Este estudo contribui para ampliar o entendimento sobre os desafios enfrentados pelas mulheres durante a pandemia da COVID-19 e fornecer subsídios para o desenvolvimento de intervenções eficazes para prevenir e combater a violência doméstica.

Palavras-chave: Violência doméstica mulheres; COVID-19; Isolamento social; Políticas Públicas.

CELERIDADE E EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS CÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

Nalbert Ferreira Soares Da Silva; Cassio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo central compreender a celeridade e eficiência nos processos cíveis sob a análise dos métodos adequados de soluções de conflitos, tendo em vista que a morosidade e ineficiência do sistema judiciário vem sendo prejudicial aos usuários, especialmente na esfera cível, portanto se faz necessário avaliar a contribuição dos métodos adequados de solução de conflitos como meios de celeridade e eficiência nos processos cíveis. Para tanto, é necessário descrever no que consiste celeridade e eficiência nos processos cíveis, identificar a morosidade e a ineficiência do poder judiciário e caracterizar os métodos adequados de solução de conflitos no ordenamento jurídico brasileiro. Realiza-se, então, uma pesquisa descritiva, que revisa pretéritos estudos sobre a temática. Diante disso, verifica-se que os métodos adequados são validos nos processos, pois ajudam os litigantes a construírem suas decisões, o que desafoga o judiciário, satisfaz as partes e assegura fielmente o acesso à justiça, o que impõe a constatação de que este meio é extremamente benéfico, mas não deve ser entendido como a solução mágica do sistema judiciário, mas um auxílio.

Palavras-Chaves: Celeridade; Eficiência; Masc; Conciliação; Mediação.

FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL: CONTAMINAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL NOS CRIMES DE NATUREZA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Nice Beatriz Barbosa Lopes; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o fenômeno das falsas memórias e seu impacto na prova testemunhal se tratando de crimes sexuais praticados contra crianças, tendo em vista que o testemunho é utilizado como um dos principais meios de provas e por vezes como o único meio probatório para embasar sentenças e decisões, a fim de analisar o quanto esse fenômeno pode ser prejudicial no âmbito do processo penal. Para tanto, foi necessário explicar e explicitar o que são as falsas memórias, os crimes contra a dignidade sexual, a prova testemunhal e a influência das falsas memórias. Por fim, foi abordado o caso da Escola Base, acerca de falsas memórias relacionadas a crimes sexuais praticados contra crianças, que ocorreu em São Paulo e teve grande notoriedade em 1994. Apesar de ter havido apenas uma investigação, os relatos decorrentes das falsas memórias das crianças envolvidas geraram prejuízos imensuráveis a vida dos seis acusados. Realiza-se, então, uma pesquisa exploratória e bibliográfica. Diante disso, verifica-se que esse fenômeno é danoso tanto para a criança e como para o acusado e por decorrência para o próprio processo penal quando o relato está sendo influenciado pelas falsas memórias. Desta maneira é indispensável um entendimento técnico para a inquirição dessas crianças.

Palavras-chave: Falsas memórias; Prova testemunhal; Processo Penal; Crimes sexuais; Depoimento infantil.

A INTEGRAÇÃO DO AUTISMO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: SUPERANDO DESAFIOS E PROMOVENDO ACESSIBILIDADE

Renata Nascimento Martins da Silva; Cássio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo examina a integração do autismo na legislação educacional brasileira, destacando os desafios enfrentados e as estratégias para promover a acessibilidade. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios únicos que afetam a educação e o desenvolvimento dos indivíduos. Apesar dos avanços na conscientização e na legislação relacionada ao autismo, ainda persistem obstáculos significativos na implementação efetiva das políticas educacionais inclusivas. Este estudo busca analisar como a legislação educacional brasileira aborda as necessidades dos alunos com TEA e examina as medidas adotadas para superar os desafios encontrados. Além disso, são discutidas estratégias para promover a acessibilidade nas escolas, incluindo a formação de professores, a adaptação curricular e a criação de ambientes inclusivos. Por meio de uma análise abrangente, este artigo destaca a importância de garantir a plena integração do autismo na legislação educacional brasileira, visando proporcionar oportunidades iguais de educação e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais.

Palavras-chave: Legislação educacional; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Integração; Acessibilidade.

LICENÇA COMPULSÓRIA CONTRA BIOPIRATARIA: ANÁLISE JURÍDICA À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO

Rodrigo Fernandes Carvalho; Aline Pomodoro Dias

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo propõe uma análise minuciosa da aplicabilidade das licenças compulsórias como instrumento jurídico para combater a biopirataria no Brasil. Por meio de uma abordagem fundamentada na análise da Constituição Federal, do Código Civil, da Lei de Patentes, da Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e de jurisprudências vinculantes, busca-se fornecer uma compreensão abrangente das possibilidades e limitações legais das licenças compulsórias. Nesse contexto, as licenças compulsórias emergem como um mecanismo corretivo essencial para assegurar que a exploração dos recursos seja conduzida de forma ética e sustentável, promovendo a justa repartição de benefícios e fortalecendo a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais no Brasil.

Palavras-chave: Licenças Compulsórias; Biopirataria; Direito Brasileiro; Proteção da Biodiversidade; Conhecimentos Tradicionais.

A RESPONSABILIDADE FISCAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A DEPENDÊNCIA DE RECURSOS ORIUNDOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO: UMA ANÁLISE SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE VASSOURAS E MARICÁ

Rubens da Penha de Andrade Lage; Rafael Bezerra de Souza Moreira

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente estudo aborda a Responsabilidade Fiscal na Administração Pública e a dependência de recursos oriundos dos royalties do petróleo nos municípios fluminenses. A análise destaca a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como instrumento fundamental para garantir a transparência e o equilíbrio das finanças públicas. A pesquisa evidencia a relevância dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico local, mas ressalta a necessidade de diversificação das fontes de arrecadação e de investimentos estratégicos para promover um crescimento sustentável. A busca por parcerias público-privadas e a priorização de áreas como saúde, educação e infraestrutura são apontadas como medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida da população e garantir a estabilidade financeira dos municípios fluminenses.

Palavras-chave: Responsabilidade Fiscal; Administração Pública; Royalties do Petróleo; Transparência na Gestão; Investimentos Estratégicos.

TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO SOB O ASPECTO DA DIGNIDADE HUMANA E TRABALHISTA

Stéfani dos Santos Ramos; Gustavo Abranches Bueno Sabino

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo, demonstrar como o trabalho análogo à escravidão ocorre nos tempos atuais, tendo em vista que mesmo existindo uma lei que põe fim a essa era de escravidão temos que lidar com tal situação, é um assunto relevante, pois assim como era no passado o trabalho escravo fere a dignidade humana e impede o desenvolvimento do trabalhador, e mediante ao tal fato analisaremos como o trabalho análogo à escravidão interfere no Direito Trabalhista e no Princípio da Dignidade Humana no Brasil. Para tanto, é necessário identificar a questão da escravidão e porque em termos estruturais e históricos ainda existe condição análoga à escravidão no Brasil, caracterizar condição análoga à escravidão no ordenamento jurídico brasileiro e conhecer pontos específicos, no qual esse tipo de trabalho infringe a dignidade humana, observando os aspectos trabalhistas, na visão de proteção do trabalhador e qual punição cabível para tal ato. Realiza-se então uma pesquisa bibliográfica e documental. Diante disto verifica-se a cada ano que se passa os números de pessoas que são resgatadas de condições análogas à escravidão só aumenta o que impõe a constatação de que mesmo existindo medidas para a prevenção e erradicação do trabalho análogo à escravidão, ainda há muito que se melhorar, pois estamos lidando com um crime e questões trabalhistas que não estão sendo cumpridas e o mais importante, lidando com seres humanos que vivem em condições desumanas, e com seus direitos sendo violados.

Palavras-chaves: Escravidão; Dignidade humana; Direitos trabalhistas.

POLICIAMENTO RURAL: CONCEITO E PERSPECTIVAS DA GARANTIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tamires Ramos de Carvalho; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O policiamento rural é uma área de extrema importância para a segurança pública, contudo, muitas vezes negligenciada em comparação ao policiamento urbano. Este estudo teórico buscou identificar as principais características do policiamento em áreas rurais, explorando as diretrizes, estratégias e técnicas empregadas pelas patrulhas rurais brasileiras na promoção da segurança nas comunidades do campo. A pesquisa foi conduzida através de um estudo bibliográfico que analisou artigos científicos e documentos institucionais de diversas corporações policiais, incluindo os casos implementados pela Polícia Militar de Goiás e a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os resultados revelaram que o policiamento rural envolve uma variedade de intervenções policiais, desde ações de patrulhamento rodoviário até operações especiais nas divisas territoriais estaduais para combater associações criminosas. Além disso, foi identificado o policiamento de proteção ambiental como uma componente fundamental do policiamento rural, visando preservar os recursos naturais e combater crimes ambientais. Por ser uma ação relativamente recente no Brasil, e apesar dos avanços, os dados analisados ressaltam a importância de desenvolver políticas e diretrizes claras para o policiamento rural, garantindo uma abordagem consistente e eficaz na promoção da segurança nas áreas rurais. Além disso, destacam a necessidade de investimento em treinamento e capacitação especializados para os policiais que atuam nessas regiões, visando melhorar suas habilidades e conhecimentos específicos necessários para lidar com os desafios únicos do policiamento rural.

Palavras-chave: Policiamento Rural; Segurança Pública; Comunidades Rurais.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER NEGRA: POSSÍVEL QUALIFICADORA NA LEI 11.340/2006

Tatiane da Silva Carvalho; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O objetivo deste trabalho é explorar a questão da violência doméstica contra mulheres negras, identificando os fatores que as tornam mais suscetíveis a esse tipo de violência e analisando as razões subjacentes para esse fenômeno persistente. Além disso, pretende-se discutir estratégias eficazes para reduzir ou prevenir a violência doméstica contra mulheres negras e examinar a pertinência e necessidade de uma possível inclusão de uma qualificadora na Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

Palavras-Chave: Violência Doméstica; Mulher Negra; Feminismo.

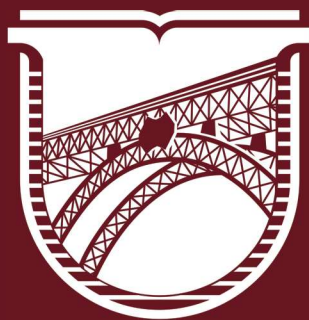
O IMPACTO DO FECHAMENTO DAS AGÊNCIAS DO INSS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: DESEAFIOS PARA A SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO CARENTE

Yasmin dos Santos Rezende; Ana Luíza Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho de conclusão de curso visa analisar o impacto do fechamento das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante a pandemia de Covid-19 na subsistência da população carente no Brasil, à luz dos preceitos constitucionais e legais que regem a matéria previdenciária. A pandemia não só abalou a saúde pública, mas também desencadeou desafios jurídicos e sociais, exacerbando as dificuldades enfrentadas pela população vulnerável para acessar seus direitos previdenciários. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, investigando os efeitos socioeconômicos e jurídicos do fechamento das agências do INSS e examinando as medidas adotadas pelo Estado para mitigar esses impactos. Ao final, são apresentadas recomendações para aprimorar a proteção dos direitos previdenciários da população vulnerável em situações de crise.

Palavras-chave: INSS; Pandemia de Covid-19; População carente; Direitos previdenciários; Impacto socioeconômico.



FACULDADE DE
MIGUEL
PEREIRA